



Boletim da GRADUAÇÃO

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
CATALÃO

UFCAT

Dezembro
2020

Boletim da GRADUAÇÃO

30 de Dezembro de 2020 – PROGRAD/UFCAT – Edição nº 04

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
CATALÃO

UFCAT

Universidade e Pandemia: UFCAT e os desafios e aprendizados da transição e do ensino remoto

Chegamos à última edição de 2020. Ano em que a pandemia da Covid-19 associada ao novo coronavírus (SARS-CoV2) marcou o mundo, nada comparável nos últimos 100 anos. No Brasil, foram adotadas medidas de enfrentamento a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente dessa pandemia (Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020). Nesse cenário, o trabalho desenvolvido na UFCAT e na Prograd está marcado por muito aprendizado, construções coletivas, superação e delineamento de novas trajetórias. A partir das autorizações do MEC e do Conselho Nacional de Educação, a maioria das universidades públicas federais realizaram estudos e pesquisas para enfrentar essa doença e para adaptar o ensino de graduação presencial às normas excepcionais do ensino remoto. Foi necessária a reorganização do calendário acadêmico, com a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, construção de novas resoluções e regulamentos em razão da pandemia. Desafios gigantescos perpassam todo esse processo, que é marcado pelas desigualdades sociais e econômicas brasileiras, por cortes orçamentários e desorganização política nacional. Esse é contexto do primeiro ano do processo de transição da UFCAT, enquanto universidade autônoma. Docentes, servidores técnico-administrativos e discentes foram recomendados a atuarem remotamente. Toda comunidade acadêmica tem passado por problemas técnicos, de acesso à internet e a computadores, adequação de ambientes domésticos apropriados ao trabalho, dificuldades de adaptação, incertezas, adoecimento e o grande desafio de defender a estruturação do ensino de graduação de qualidade. Na Prograd, com as Diretorias e Coordenadorias recém-criadas, diretores e equipes passaram a lidar com a construção de respostas imediatas às rotinas de trabalho dos setores e ao atendimento de demandas, decorrentes também do processo de transição da UFG, com o trabalho realizado com o uso de celulares e e-mails, reuniões e atividades por videoconferências e lives. As diretorias têm trabalhado com afinco nesse processo de transição, fazendo reuniões constantemente com equipes da UFG Goiânia, estudando documentos e analisando a legislação com intuito de construir coletivamente o aprendizado necessário à consolidação da nova universidade. Encerramos 2020 com a certeza de que o trabalho realizado nesse cenário pandêmico marca o protagonismo da UFCAT em sua estruturação e processo de autonomia.

Editorial

UFCAT aprova retomada das atividades acadêmicas de graduação referentes a 2020/1

Após discussão na Câmara de Graduação e no Conselho Universitário (CONSUNI), a UFCAT aprovou a retomada de atividades acadêmicas dos cursos de graduação referentes ao 1º semestre/2020, calendário que estava suspenso desde o dia 16/03/2020. As aulas do calendário geral serão retomadas a partir do dia 25/01/2021, ainda em formato remoto e/ou híbrido, em observância às medidas sanitárias de enfrentamento à pandemia, preconizadas nos decretos municipais e estaduais.

Os documentos orientadores da retomada do calendário acadêmico foram disponibilizados na página da PROGRAD/UFCAT. São eles:

Resolução UFCAT 019/2020, que dispõe sobre o retorno do calendário acadêmico durante o regime do ensino remoto e o oferecimento de componentes curriculares por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como em eventual retorno presencial/híbrido, no ensino de graduação da Universidade Federal de Catalão, devido às consequências acarretadas pela pandemia da COVID-19.

Resolução UFCAT 020/2020, que franqueia regras do Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG), aprovado pela Resolução CEPEC Nº 1557, de 1º/12/2017, para os cursos de graduação da Universidade Federal de Catalão, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus e até nova deliberação.

Instrução Normativa, de 23 de dezembro de 2020, que dispõe sobre procedimentos relativos a todas as atividades acadêmicas da graduação no modo de ensino remoto, para a retomada do calendário acadêmico 2020/1, no âmbito da UFCAT.

PARA SABER MAIS

Acesse os documentos na íntegra em:
<https://cograd.catalao.ufg.br/p/34054-informativo-r-gcg>

Ações da diretoria de currículo e avaliação (DCA) da PROGRAD/UFCAT

No mês de novembro, a DCA finalizou a redação do **Guia de Apoio às Coordenações dos Cursos de Graduação e NDEs** para a criação e/ou revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), elaborado em conformidade com a Instrução Normativa 003/2016 e a Resolução CEPEC Nº 1557R. Nele estão previstas orientações sobre todas as etapas de preenchimento dos PPCs (conforme estrutura requerida pelo Instrumento de Avaliação do INEP/MEC) e o **Fluxograma para a Tramitação dos PPCs**, desde sua criação até a aprovação da respectiva resolução. O Guia e o Fluxograma encontram-se disponíveis na página da DCA. Ainda no mês de Novembro, a DCA assumiu a tramitação dos processos relativos aos cursos de graduação da UFCAT que se encontravam em diferentes setores da PROGRAD/UFG. Os processos atribuídos pela PROGRAD/UFG para a PROGRAD/UFCAT foram os seguintes:

- Enfermagem (23070.017879/2019-19);
- Engenharia Civil (23070.015426/2019-58);
- Engenharia Mecânica (23070.024926/2019-81);
- Geografia - Bacharelado (23070.022709/2018-75);
- Medicina (23070.016945/2018-52);
- Geografia - Licenciatura (23070.022830/2018-05);
- História - Licenciatura (23070.030061/2019-91);
- Química - Licenciatura (23070.020490/2019-51);

PARA SABER MAIS

<https://cograd.catalao.ufg.br/p/33069-orientacao-aos-projetos-pedagogicos-de-curso>

<https://cograd.catalao.ufg.br/p/35204-diretoria-de-curriculo-e-avaliacao>

dca.prograd.ufcat@ufg.br

Componente curricular unificado: uma possibilidade para reestruturação curricular dos cursos de graduação da UFCAT

A proposta de unificação curricular tem como objetivos principais promover aos estudantes de graduação uma melhor vivência do ambiente universitário, permitindo que participem da rotina de diferentes unidades acadêmicas e acumulem experiências para sua formação bem como otimizar a oferta de componentes curriculares, flexibilizando a organização dos horários, viabilizando ao estudante o cumprimento do fluxo curricular. Esse processo teve início na UFG em 2018 e o primeiro pacote de disciplinas unificadas foi implantado no primeiro semestre de 2020. Em abril de 2019 a diretora da então Regional Catalão-UFG promoveu uma reunião com diretores e coordenadores de cursos, com o objetivo de iniciar um debate sobre possibilidades de se realizar estudos sobre reestruturação dos cursos e unificação de componentes curriculares. Algumas unidades acadêmicas já apresentavam uma trajetória de construção de propostas unificadas, constituindo-se como “Núcleos Servidores”.

Ao final de 2019, com a nomeação da reitora *Pro Tempore*, a UFCAT inicia sua trajetória de transição da UFG e, devido a situação de pandemia de Covid-19 em 2020, as ações necessárias para dar continuidade ao processo de reestruturação e unificação de ementas foram retomadas a partir da aprovação do PSE, com retomada das aulas remotas em setembro. Em setembro foi realizada pela Prograd uma conferência com a professora Flávia Aparecida, Coordenadora de Reestruturação Curricular da UFG para tratar do tema. Em novembro foi realizado treinamento com a equipe técnica da Prograd-UFCAT. Foram realizadas reuniões com a equipe da Diretoria de Gestão Técnica (DGT) e com a Coordenação de Reestruturação Curricular da UFG (que está conduzindo esse processo na UFG), com a participação de membros das Diretorias de Ensino, Currículo e Avaliação e de Administração Acadêmica da UFCAT. Essa é uma construção democrática, envolve grupos de trabalhos por áreas de conhecimento para delimitar os componentes curriculares em condições de serem unificados. A partir de janeiro de 2021 as diretorias da PROGRAD irão apresentar o projeto de unificação de componentes curriculares, e este tomará como referência a proposta piloto apresentada pelo IMTEC, no final de 2019.

Monitoria remota para o ano letivo 2020-1

O Programa de Monitoria está com as inscrições abertas para o semestre letivo 2020-1. O processo seletivo será simplificado e terá como critério de avaliação a análise do histórico do aluno. O monitor selecionado deverá cumprir 12h semanais e atestar que possui condições técnicas para auxiliar nas atividades remotas que serão desenvolvidas. As inscrições ocorrerão entre os dias 21 de dezembro de 2020 e 28 janeiro de 2021 pelo SIGAA: SIGAA ⇨ Portal Discente ⇨ Monitoria ⇨ Inscrever-se em Seleção de Monitoria ⇨ Buscar oportunidades ⇨ Monitoria. As atividades terão início no dia 15 de fevereiro. O edital completo está disponível no sítio eletrônico da monitoria UFCAT.

PARA SABER MAIS

<https://monitoria.catalao.ufg.br/>

Calendário das reuniões da câmara de graduação em 2021

Na reunião da Câmara de Graduação da UFCAT, realizada em 14/12/2020, os conselheiros aprovaram o calendário das reuniões do referido colegiado. As reuniões ocorrerão nas segundas quartas-feiras de cada mês, a partir de fevereiro de 2021, sendo, portanto, as seguintes datas aprovadas: 10/fev; 10/mar; 14/abr; 12/mai; 09/jun; 14/jul; 11/ago; 08/set; 13/out; 10/nov; 08/dez.

Destaca-se que o comparecimento dos conselheiros às reuniões é obrigatório e precede a qualquer outra atividade na Universidade, conforme Regimento Geral em vigência.

PARA SABER MAIS

<https://cograd.catalao.ufg.br/p/33025-camara-de-graduacao>

Comissão permanente de ações de enfrentamento de assédio moral, sexual, preconceito e discriminação

As situações de assédio são uma característica da sociedade patriarcal que vivemos, alcançando homens, mulheres e outras identidades de gênero nos mais diversos espaços, inclusive na Universidade. Ao longo dos anos os números só aumentaram e foi necessário criar Leis e ações no sentido de prevenir e punir tais atitudes nos espaços públicos – até mesmo em transportes públicos – e nos locais privados como empresas, escolas e Universidades.

Lamentavelmente, as situações de assédio nos diferentes espaços, têm como maiores vítimas as mulheres, com destaque para o assédio sexual, o que é característico de um país machista como o Brasil. Não apenas as situações de assédio sexual, mas as de assédio moral, o preconceito e outras formas de discriminação motivaram a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Regional Catalão a elaborar estratégias e comissões para discutir e propor ações de enfrentamento a este contexto.

A Comissão Permanente de Ações de Enfrentamento de Assédio Moral, Sexual, Preconceito e Discriminação foi instituída no final do ano de 2017 por meio da Resolução 012/2017, aprovada pelo Conselho Universitário da UFG e logo foi criada também nas Regionais – Catalão, Goiás e Jataí. Esta ação foi uma cobrança do Ministério Público Federal após alguns casos denunciados de assédio sexual envolvendo a UFG que, após uma discussão com a comunidade acadêmica, estabeleceu ações no combate a toda forma de assédio e preconceito na Universidade.

A Resolução 012/2017 era um anseio antigo da comunidade acadêmica e regulamenta o que pode ser acatado na forma de denúncia como uma situação de assédio ou de preconceito. Desta forma, em seu artigo 1º a Resolução já estabelece as normas e procedimentos a serem adotados para o enfrentamento a tais situações e, nos outros artigos, define assédio moral como sendo, “[...] a prática abusiva, explícita ou velada, que se manifesta por meio de gestos, palavras e atos e que desrespeita, de forma sistemática e frequente, a integridade física e/ou psicológica de uma pessoa ou grupo, na relação entre membros da comunidade universitária”. O mesmo documento estabelece ainda as situações que caracterizam o assédio moral, esclarecendo e desnaturalizando muitas situações cotidianas que são lidas como normais e aceitáveis, mas que adoecem a comunidade.

A Resolução define, também o assédio sexual como “[...] toda conduta com conotação sexual, não desejada pela vítima.” O documento também estabelece as situações de assédio sexual, contribuindo, também, para desnaturalizar algumas ações, como as piadas de cunho sexual e homofóbicas.

Também trata, a Resolução, das situações de preconceito e discriminação, apontando as situações no mesmo caminho do esclarecimento e formação da comunidade acadêmica, também apontando situações do cotidiano que muitas vezes são naturalizadas, mas que são extremamente penosas para as vítimas.

Desta forma, como instrumento de enfrentamento a tais situações, a Comissão foi criada e, quando da passagem da UFG para a UFCAT, mantida. Atualmente a Comissão Permanente de Ações de Enfrentamento de Assédio Moral, Sexual, Preconceito e Discriminação da UFCAT tem o papel de acompanhar denúncias e cobrar celeridade no andamento dos processos administrativos relacionados às questões de assédio moral, sexual e preconceito que ficam a cargo da Coordenação de Processos Administrativos (CDPA/UFG), que em Catalão está em fase de implantação.

A Comissão tem ainda como objetivo propor campanhas educativas e promover ações preventivas contra qualquer forma de assédio, preconceito e discriminação no âmbito da Universidade, o que tem sido feito intensamente pelas pessoas do seu quadro desde a sua criação, com ações como palestras, oficinas, cursos, reuniões informativas e participações em vários eventos científicos da UFCAT visando o

informar a comunidade universitária sobre como se configuram as práticas de assédio, preconceito e discriminação no meio universitário, colaborando para a prevenção e a promoção de mudanças comportamentais e culturais. Além disso, a Comissão realiza um trabalho de acolhimento às vítimas de assédio fazendo a escuta e prestando esclarecimentos sobre a Resolução, encaminhamentos de denúncia, trâmites legais, Ouvidoria e outros.

A Comissão é composta por representantes indicados pelas Unidades, Técnicos Administrativos, discentes de graduação e pós graduação e se reúne mensalmente, toda primeira segunda feira de cada mês e, atualmente, trabalha na construção da Resolução que dispõe sobre as normas e procedimentos a serem adotados no enfrentamento a situações de assédio, preconceito e discriminação na UFCAT e no Regimento Interno da Comissão, além das ações já citadas que no ano de 2020 foram todas realizadas remotamente.

A Comissão Permanente de Ações de Enfrentamento de Assédio Moral, Sexual, Preconceito e Discriminação possui uma página na qual é possível consultar informações sobre a própria comissão, sua composição, legislação, pesquisas, manuais, cartilhas que orientam sobre as questões de assédio, preconceito e discriminação - <https://comissaoassedio.catalao.ufg.br/> .

A comissão também possui um e-mail: comissaoassedio.catalao@ufg.br que pode ser usado para contato, agendamentos e outras informações. O contato pode ser feito, também, com os representantes das Unidades Acadêmicas, dos órgãos da gestão e das entidades representativas das diferentes categorias que compõem a Comissão.

I Prêmio PROLICEN UFCAT

O Comitê Gestor do Programa de Pesquisa da Licenciaturas da UFCAT (Prolicen) avaliou os plans de trabalho desenvolvidos em 2019/2020 e selecionou os dois melhores trabalhos por área de conhecimento que foram agraciados com o Prêmio Prolicen, em reconhecimento pela qualidade do trabalho desenvolvido. Na área de Letras e Linguística o prêmio foi para Ana V. G. Moreira, orientanda da professora Maria H. de Paula, com o trabalho “Negros e negras têm lugar nos livros didáticos de língua portuguesa usados no Brasil?” e para Amanda S. Duarte, orientanda da professora Sheila de C. P. Gonçalves, com o trabalho “Marcas diatópicas: o que dizem os dicionários escolares de tipo 2”. Na área de Ciências Humanas o prêmio foi para Paula R. R. da Silva, com o trabalho “A produção acadêmica dos programas de Pós-graduação Stricto Sensu da região Centro-Oeste sobre livro didático de História” e para Monique C. Silva, com “A colonização do Brasil nos livros didáticos de História brasileiros e portugueses”, ambas orientandas da professora Eliane M. de Freitas. O prêmio foi entregue em sessão solene do Consuni ocorrida no dia 21/12/2020 onde estiveram presentes as estudantes com suas orientadoras.

Comissão de Avaliação do PSE conclui aplicação de questionários

A Comissão de Avaliação e Planejamento do PSE, montada pela reitoria para desenvolver instrumento de avaliação do Período Suplementar e planejar o retorno às atividades concluiu, no mês de dezembro, a aplicação e análise dos questionários destinados a docentes, discentes, técnicos e coordenadores de curso. Esta atividade foi desenvolvida por uma subcomissão, grupo formado por docentes e discentes. Os formulários ficaram disponíveis para consulta à comunidade de 07 a 21 de dezembro e foram respondidos por 31 técnicos administrativos, 109 docentes, 25 coordenadores de curso e 1.145 discentes. O número de respondentes não atingiu às expectativas da comissão, mas ainda assim optou por não estender o prazo para consulta por avaliar que haveria mais adesão devido o período de festas. Os dados serão disponibilizados a toda a comunidade no site da universidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: dilemas contemporâneos.

Altina Abadia da Silva

Docente da Unidade Acadêmica de Educação/ UFCAT

Priscilla de Andrade S. Ximenes

Docente da Unidade Acadêmica de Educação/ UFCAT

Face a defesa da educação de qualidade para todos e todas, destaca-se a formação de professores como dimensão fundamental para a obtenção desse direito humano irrevogável. Entretanto, a valorização e construção da profissão docente estão diretamente relacionadas com a política de formação, de condições de trabalho, de carreira e de remuneração. Nesse sentido, o debate sobre os impactos das reformas educacionais nas políticas públicas educacionais e, mais especificamente para a formação e profissionalização docente no Brasil, pode apontar (des)caminhos para transformações necessárias.

A centralidade dada à formação dos professores que atuam na Educação Básica pelo atual modelo de regulação das políticas educativas, a partir do ciclo de reformas nos sistemas educacionais de países da América Latina desde os anos de 1990, revela um direcionamento ideológico que se alinha à lógica mercantil neoliberal e gerencialista oriunda da reestruturação produtiva do capital. Esse atual modelo de regulação interfere na organização do sistema escolar, passando por todas as mediações até a escola e universidades.

Sobre os programas de reforma que se propuserem a organizar a educação, pairava a assertiva de que a crise social no Brasil estava diretamente ligada à crise educacional, ou seja, a crise educacional em vez de decorrência histórica, transformou-se em causa provável pela exclusão social. Conseqüentemente, escolas e professores foram responsabilizados pelos problemas sociais, e, para sanar a crise, seriam necessários novos direcionamentos políticos reconduzindo a formação, a profissionalização e o trabalho docente. (SHIROMA, 2003; OLIVEIRA, 2005).

Ainda que os professores da Educação Básica tenham ocupado centralidade nas análises e proposições para a reforma, a reestruturação do capital no contexto de sua função mercadológica e a nova configuração das relações de trabalho como resposta aos interesses do sistema produtivo, imprimiram uma nova tessitura no trabalho docente do Ensino Superior. Foi sob a lógica do capital, das políticas neoliberais e da ordenação do Estado mínimo, que as universidades puderam ser enquadradas como organizações sociais, ou seja, sua função passou a ser determinada pelo mercado a partir dos princípios administrativos: gestão, planejamento, previsão, controle, êxito (DIAS SOBRINHO, 2010).

Pesquisas, como a de Freitas, H. (1999), Freitas, L.C. (2000), Dourado (2015); apontam para o surgimento de movimentos de resistência à reconfiguração do contexto educativo e da formação docente, como condição estratégica, para o aprimoramento do processo de acumulação de riquezas e aprofundamento do capitalismo. Algumas entidades da área, como Anfope, Anpae, Anped, Cedes, Forumdir e outras, têm travado uma luta histórica em defesa da articulação entre o Sistema Nacional de Educação, as políticas de formação e valorização docente,

Continua

bem como a consolidação de uma Base Comum Nacional para a formação inicial e continuada – a partir de uma sólida formação teórica/prática e pela centralidade do trabalho como princípio educativo na formação profissional.

Dentre as alterações nas políticas nacionais de formação de professores, ressaltamos a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica – Res. CNE nº 02/2015 (BRASIL, 2015) - como um importante avanço para o campo, uma vez que sinalizam para maior organicidade nos projetos formativos que contemplem as diferentes características e dimensões da docência, a necessidade de maior articulação entre as instituições de educação superior e de educação básica, bem como considerar às questões e políticas para a formação inicial e continuada, carreira, salários e condições de trabalho como premissas para a formação e valorização profissional docente.

Contudo, o contexto atual tem se delineado a partir de retrocessos nas políticas sociais e educacionais e desmontes de conquistas históricas no campo educacional. A crise política contemporânea, sobretudo a partir do impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, constitui-se como marco histórico no rompimento com a legalidade democrática no Brasil, mediante adoção de novas práticas, programas e ações do governo federal. Nesse cenário marcado por contradições, em 22 de dezembro de 2017, por meio da Res. nº 2 do CNE, é aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica. O documento aprovado sofreu duras críticas e oposição dos educadores e das associações do setor educacional que historicamente lutam em defesa da educação pública e democrática, uma vez que não representa a concepção de Base Comum Nacional construída coletivamente a partir do diálogo entre as entidades acadêmicas, científicas e sindicais da área educacional.

Nessa mesma esteira de retrocessos e autoritarismo, em 2018, apresenta-se a proposta formativa da BNC para a Formação dos Professores da Educação Básica, que culminou na aprovação, pelo CNE, da Res. CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019 e pelo parecer CNE/CP Nº 14/2020, que instituiu as DCN para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, BNC para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), BNC para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), tendo como egiide atender os direcionamentos da BNCC (BRASIL, 2017).

Dentre tantos retrocessos em relação às conquistas históricas materializadas na resolução anterior, destaca-se o retorno a concepção de formação pautada na noção de competências, amparando-se em uma concepção pragmática e tecnocrática de formação docente, com ênfase na dimensão instrumentalizadora do conhecimento, objetivando maior controle sobre o trabalho pedagógico. Dessa forma, mais que necessário, é urgente que docentes e discentes de todas as etapas de ensino se apropriem do debate e criem condições objetivas para ampliá-lo entre os pares. Acreditamos que a movimentação coletiva de professores, alunos, movimentos e entidades da área educacional, possa desencadear análises propositivas em defesa da educação pública e cidadã, e de uma formação docente pautada na autonomia e emancipação dos professores.

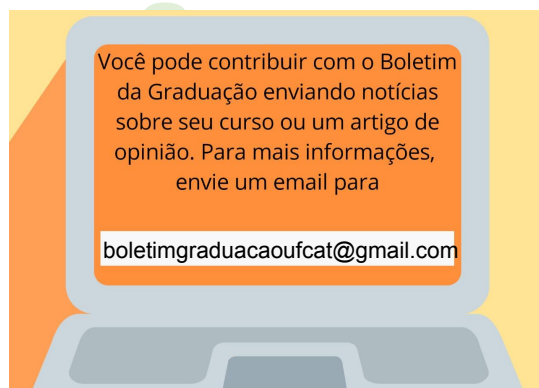
Fim

A opinião apresentada nesse artigo é de inteira responsabilidade do autor.

MENSAGEM DE ANO NOVO

Estamos prestes a encerrar um ano atípico e repleto de desafios. Não foi fácil, tivemos que nos adaptar e nos reinventar. O trabalho foi intenso e somos gratos pelo empenho e colaboração de todos e todas na árdua tarefa de fortalecer nossa graduação.

Ainda teremos inúmeros desafios pela frente, mas tenhamos esperança de que o Ano Novo traga boas notícias, saúde e alegrias para todos nós. Desejamos que em 2021 possamos compartilhar conquistas, com entusiasmo e união. Um ótimo 2021 a toda comunidade universitária da UFCAT.



EXPEDIENTE

Realização: Pró-Reitoria de Graduação UFCAT

Contato: boletimgraduacaoufcat@gmail.com

Equipe responsável:

Carolina de Fátima Guimarães
Fernanda Ferreira Belo
Jóice Macedo Vinhal
Maria Zenaide Alves

Contribuíram para esta edição:

Ana Marta Ribeiro Borges Rodovalho
Altina Abadia da Silva
Camila Pereira da Silva
Carolina de Fátima Guimarães
Fernanda Ferreira Belo
Karla Graziella Moreira
Lana Ferreira de Lima
Maria Zenaide Alves
Mônica Luiz de Lima Ribeiro
Priscilla de Andrade S. Ximenes
Tiago Ribeiro Nunes